



DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

NOVA FÁTIMA/PR

2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FÁTIMA/PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RENATA MONTENEGRO BALAN XAVIER
PREFEITA MUNICIPAL

CAROLINE FABRI PACHECO ZOLYOMY
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MARCIA BUSQUIM
DIRETORA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ROSANA TAVARES SOBOTTKA
DIRETORA DE POLITICAS DA MULHER

EQUIPE DE ELABORAÇÃO
RAFAELA SARRASSINE S. GOMES – ASSISTENTE SOCIAL
RENATA APARECIDA GABRIEL MEDEIROS – PSICÓLOGA
ALEXANDRE ALVES DE ARAUJO - ADMINSITRATIVO

LISTA DE SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CADSUAS – Cadastro do Sistema Único de Assistência Social

CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ESF – Estratégia Saúde da Família

FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social

GESUAS – Gestão do Sistema Único de Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ILPI – Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

LA – Liberdade Assistida

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MSE – Medidas Socioeducativas

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

OSC – Organização da Sociedade Civil

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa Família

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PPA – Plano Plurianual

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

RMA – Registro Mensal de Atendimentos

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

1 APRESENTAÇÃO

O Plano de Diagnóstico Socioterritorial de Nova Fátima/PR tem como finalidade analisar, de forma integrada, as condições sociais, econômicas, demográficas, territoriais, ambientais e a oferta de políticas públicas existentes no município. Trata-se de um instrumento estratégico para subsidiar o planejamento municipal, orientar processos decisórios e apoiar a definição de prioridades da gestão, contribuindo diretamente para a organização da rede socioassistencial, para o fortalecimento da articulação intersetorial e para a formulação de ações de curto, médio e longo prazo.

A Vigilância Socioassistencial, componente da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (GESUAS), constitui um dos eixos estruturantes da Política de Assistência Social no Brasil, conforme estabelecido pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e pela Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS/2012). Sua principal atribuição é produzir, analisar e sistematizar informações territorializadas sobre vulnerabilidades, riscos e desigualdades que afetam indivíduos e famílias, configurando-se como área técnica fundamental para o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações da rede socioassistencial.

Nesse contexto, o Diagnóstico Socioterritorial representa uma ferramenta essencial da Vigilância Socioassistencial, permitindo integrar informações sociais, econômicas e territoriais para compreender, de forma aprofundada, os fenômenos que impactam a autonomia, a convivência familiar e comunitária, o acesso a direitos e a proteção social no município. O diagnóstico oferece bases objetivas para identificar demandas prioritárias, orientar intervenções qualificadas e aprimorar a organização e a efetividade dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais.

A elaboração deste diagnóstico baseia-se no conjunto de informações produzidas cotidianamente pelas equipes técnicas da Secretaria Municipal de Assistência Social, articuladas a sistemas e bases de dados como GESUAS, RMA, CADSUAS, CECAD, relatórios institucionais e demais fontes administrativas. Em Nova Fátima/PR, esse trabalho vem sendo desenvolvido de forma contínua, envolvendo levantamento, sistematização e análise de dados

que permitem compreender o território, suas dinâmicas sociais e as condições de vida da população.

Objetivo Geral

Realizar uma análise integrada das condições sociais, econômicas, demográficas e territoriais, bem como da oferta de políticas públicas no município de Nova Fátima, identificando vulnerabilidades, riscos, potencialidades e desigualdades, a fim de subsidiar o planejamento municipal e fortalecer a gestão intersetorial.

Objetivos Específicos

- Mapear as características demográficas, socioeconômicas e territoriais do município;
- Identificar fatores de vulnerabilidade e risco social por território e por grupos populacionais específicos;
- Analisar a oferta, a cobertura e a capacidade de atendimento da rede socioassistencial e das demais políticas públicas setoriais;
- Avaliar fluxos, demandas, encaminhamentos e registros administrativos produzidos pelos serviços;
- Identificar lacunas, fragilidades e desafios para o aprimoramento das ações, serviços, programas e benefícios ofertados pelo município.

Para a elaboração deste Diagnóstico Socioterritorial, foi realizada uma Audiência Pública com participação de representantes de órgãos públicos, conselhos municipais, trabalhadores da Assistência Social, usuários dos serviços e sociedade civil organizada. O encontro teve por objetivo apresentar os dados preliminares, validar informações, ouvir demandas da comunidade e coletar contribuições para o aprimoramento da análise do território.

Durante a audiência, foram debatidos temas como vulnerabilidades sociais, demandas prioritárias, oferta e qualidade dos serviços, bem como sugestões de ações e melhorias para a rede socioassistencial. As contribuições recebidas foram sistematizadas e incorporadas às análises deste diagnóstico, fortalecendo sua legitimidade e alinhamento às necessidades reais da população.

2 MARCO SITUACIONAL

A formação de Nova Fátima/PR teve início entre as décadas de 1930 e 1940, quando migrantes e imigrantes chegaram à região atraídos pelas oportunidades agrícolas. O primeiro núcleo populacional surgiu às margens da estrada entre Cornélio Procópio e Congonhinhas, fundado por pioneiros como Pedro Marçal Ribeiro, Sebastião Nicolau Fróes e outros. Inicialmente chamado Divisora, o local recebeu esse nome por estar situado na divisa de três fazendas.

Em 1940, a instalação da primeira casa comercial por Antônio José Fogaça impulsionou o desenvolvimento da comunidade. Ele loteou parte das terras ao redor do povoado, que passou a ser conhecido como **Patrimônio da Luz**, em sua homenagem.

O café rapidamente se tornou a principal atividade econômica, atraindo imigrantes japoneses, europeus e migrantes de outros estados brasileiros. A extração de madeira e cultivos de subsistência como milho, arroz e feijão também marcaram a economia local nas décadas iniciais.

A construção da Capela de Nossa Senhora da Luz, inaugurada em 1944, fortaleceu a identidade e organização comunitária. Em 1948, o Patrimônio da Luz tornou-se distrito com o nome de Tulhas, e em 1951 foi emancipado, passando a se chamar **Nova Fátima**. A sugestão do nome teria vindo de Dom Geraldo de Proença Sigaud, que identificou semelhanças entre a topografia local e a cidade de Fátima, em Portugal.

Entre as décadas de 1950 e 1970, o café e o algodão sustentaram o auge econômico do município. Com a crise dessas culturas, houve diversificação agrícola, com avanço do trigo, milho, soja e, mais recentemente, da fruticultura. A pecuária bovina e avícola também ganhou destaque. Contudo, a redução das culturas tradicionais resultou em êxodo rural e diminuição populacional nas últimas décadas.

Hoje, Nova Fátima mantém características rurais, base econômica agrícola e trajetória marcada por ciclos produtivos que moldaram seu território, seu crescimento e sua dinâmica social.

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

AUTORIDADE ELEITA

INFORMAÇÃO	2025
Autoridade Eleita	Renata Montenegro Balan Xavier

FONTES: TRE, Casa Civil do Estado do Paraná

ANIVERSÁRIO, INSTALAÇÃO E DESMEMBRAMENTO

INFORMAÇÃO	
Origem - Desmembramento	Congonhinhas
Data de Instalação	14/12/1952
Data de Comemoração (Aniversário)	14 de dezembro

FONTE: Prefeituras

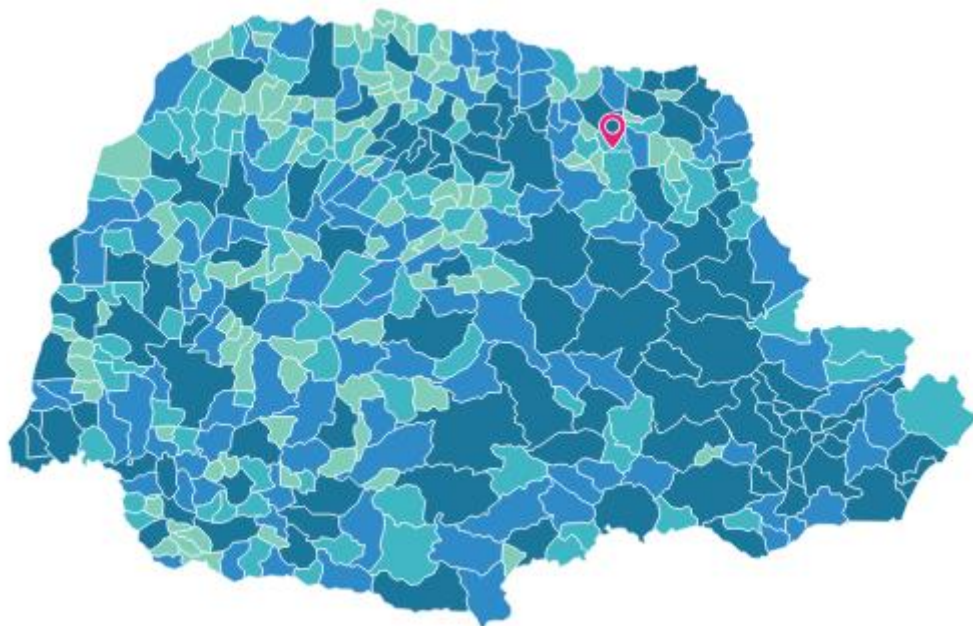
Fonte: IparDES. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Caderno-Estatistico-Municipal>. Acesso em 18 nov.2025.

3 TERRITÓRIO E AMBIENTE

3.1 Posição geográfica do município e Área da Unidade Territorial

O município de Nova Fátima possui uma área territorial de aproximadamente 283,485 km², segundo dados do IBGE. Está situado na Mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense e na Microrregião de Jacarezinho. No que diz respeito às divisas, Nova Fátima faz limite com os seguintes municípios, Cornélio Procopio, ao norte, Rio Laranjinha, a nordeste; Ribeirão do Pinhal, a leste, Congonhinhas, a sudeste; Santo Antônio do Paraíso, a sul/sudoeste; São Sebastião da Amoreira, a oeste; Nova América da Colina e Rio Congonhas, ao noroeste. A distância de Nova Fátima até a capital estadual, Curitiba, é de aproximadamente 365 km, o que reforça sua condição de município relativamente distante dos grandes centros urbanos.

Mapa- Localização Geográfica do Município de Nova Fátima/PR



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/jundiai-do-sul/panorama>. Acesso em 17 nov.2025.

3.2 Estrutura da cidade

A área urbana do município de Nova Fátima corresponde a uma pequena parcela de seu território total, evidenciando seu caráter predominantemente rural, com extensas áreas destinadas às atividades agropecuárias e a espaços naturais. Essa configuração territorial revela uma baixa concentração da ocupação urbana, marcada por dispersão populacional e pela forte dependência da zona rural para a sustentação da dinâmica econômica do município. De acordo com a Divisão Territorial do IBGE (2022), Nova Fátima está organizada em um único distrito — o Distrito Sede, não possuindo subdivisões oficiais em subdistritos. Essa estrutura administrativa simples reflete o porte populacional do município e a forma como suas áreas urbanas e rurais estão distribuídas ao longo do território.

4 POPULAÇÃO

Esta seção apresenta dados relativos à população do município de Nova Fátima/PR.

4.1 População Estimada

A população de Nova Fátima, estimada de acordo com o IBGE em **7.225** habitantes em 2022 e com projeção de leve queda para **7.140 em 2025**, apresenta estabilidade demográfica típica de municípios de pequeno porte. A distribuição espacial revela forte concentração na área urbana, onde vivem 89% dos moradores, enquanto apenas 11% residem na zona rural. Esse cenário indica um processo de urbanização consolidado, no qual a maior parte da população depende diretamente dos serviços, equipamentos públicos e dinâmicas econômicas localizadas no perímetro urbano. Ao mesmo tempo, a baixa presença populacional na área rural sugere transformação nas atividades produtivas, com possível redução da mão de obra agrícola e tendência à migração para a cidade em busca de melhores condições de acesso a serviços, educação e oportunidades de trabalho. Essa configuração territorial demanda políticas sociais voltadas ao fortalecimento da rede urbana, sem perder de vista a necessidade de atender adequadamente os pequenos grupos ainda distribuídos no meio rural.

O município é classificado como de Pequeno Porte I, conforme parâmetros governamentais.

INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS



ESTIMATIVA
POPULACIONAL
IBGE 2025

7.140

RURAL
IBGE 2022

11%

URBANA
IBGE 2022

89%

PORTE



Pequeno Porte I

IBGE, Censo Demográfico - 2022

Fonte: MDS. Disponível em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=411700&aM=0>.

Acesso em 17 nov.2025.

4.2 Densidade Demográfica

Com a estimativa populacional de 7.140 habitantes em 2025 e densidade demográfica projetada de 25,19 habitantes por quilômetro quadrado, observa-se uma leve redução em relação aos dados de 2022 (25,49 hab./km²). Essa diminuição indica estabilidade demográfica, porém com tendência de queda populacional, característica comum em municípios de pequeno porte e com predominância de áreas rurais.

A densidade demográfica continua baixa, reforçando o padrão territorial de Nova Fátima: população distribuída em um território amplo. Esse cenário evidencia desafios para o planejamento e implementação das políticas públicas, especialmente no que se refere ao acesso a serviços, transporte, educação, saúde e proteção social. Também aponta para a necessidade de estratégias que fortaleçam a permanência das famílias no território, promovam oportunidades socioeconômicas e reduzam fluxos migratórios que impactam diretamente o desenvolvimento local.

DENSIDADE DEMOGRÁFICA

INFORMAÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025
Densidade Demográfica (hab/km ²)	28,67	25,51	25,58	25,40	25,19

FONTE: IPARDES

NOTA: É calculada em função das populações do IBGE e das áreas territoriais calculadas pelo IAT.

Fonte: IPARDES. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Caderno-Estatistico-Municipal>. Acesso em 18 nov.2025.

4.3 Faixa Etária e sexo

A análise da população por faixa etária e sexo evidencia características relevantes para compreensão da dinâmica social de Jundiaí do Sul e para o planejamento das políticas públicas, especialmente no âmbito da Assistência Social. Os dados indicam que o município apresenta uma estrutura etária envelhecida, com predomínio de pessoas adultas e idosas, e redução progressiva do número de crianças e adolescentes, cenário típico de municípios de pequeno porte e forte identidade rural.

População Censitária por Faixa Etária e Sexo - 2022

Faixa Etária	Masculina	Feminina	Total
0-09	401	400	801
10-14	225	260	485
15-19	229	235	464
20-29	482	419	901
30-39	470	501	971
40-49	506	535	1041
50-59	488	528	1016
60-69	422	429	851
70-79	233	248	481
80-89	81	96	177
90-99	16	20	36
100 ou mais	0	1	1

Fonte: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/jundiai-do-sul/panorama>. Acesso em 17 nov.2025.

A distribuição populacional por faixa etária em Nova Fátima revela um município com estrutura demográfica relativamente equilibrada entre homens e mulheres, com pequenas variações entre os sexos em todos os grupos. Observa-se uma predominância de pessoas em idade adulta, especialmente nas faixas de 30 a 49 anos, que concentram os maiores contingentes: 971 pessoas entre 30 e 39 anos e 1.041 pessoas entre 40 e 49 anos. Esse padrão indica uma população majoritariamente economicamente ativa, o que pode refletir a importância de políticas voltadas à geração de emprego e qualificação profissional.

A população idosa também tem representatividade significativa, somando mais de 1.500 pessoas nas faixas acima de 60 anos, o que reforça a necessidade de atenção às políticas de saúde, convivência, acessibilidade e

proteção social para esse público. Já as faixas infantojuvenis (0 a 19 anos) totalizam cerca de 1.750 pessoas, demonstrando demanda contínua por serviços educacionais, acompanhamento familiar e políticas de desenvolvimento social voltadas à infância e adolescência.

O município apresenta, portanto, três grupos relevantes em termos de demanda por políticas públicas: crianças e adolescentes, adultos em fase produtiva e idosos em expansão. Essa distribuição etária orienta a necessidade de planejamento intersetorial que considere saúde, educação, assistência social, trabalho e renda, bem como estratégias de proteção social para grupos vulneráveis em cada ciclo de vida.

POPULAÇÃO CENSITÁRIA, SEGUNDO COR/RAÇA

COR/RAÇA	2000	2010	2022
Amarela	165	123	99
Branca	4.824	5.133	4.161
Indígena	5	5	2
Parda	3.050	2.585	2.569
Preta	249	301	394
Sem Declaração	12	-	-

FONTE: IBGE

Fonte: IPARDES. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Caderno-Estatistico-Municipal>. Acesso em 19 nov. 2025.

4.4 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

De acordo com dados do IBGE, com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Nova Fátima é 0,688, classificado como desenvolvimento humano médio. Esse valor indica que o município alcança níveis moderados nas dimensões renda, educação e longevidade, mas ainda apresenta desafios estruturais que influenciam o bem-estar da população.

O IDH nessa faixa evidencia desigualdades internas, especialmente quando consideradas as diferenças entre população urbana e rural, o acesso a serviços públicos, a inserção produtiva e a qualidade de infraestrutura. Municípios com características rurais predominantes, como Nova Fátima, tendem a enfrentar maior vulnerabilidade socioeconômica, dependência de programas governamentais e menor diversificação econômica, fatores que impactam diretamente os indicadores de desenvolvimento.

Assim, embora o IDH ofereça um panorama geral da situação do município, a leitura socioterritorial permite aprofundar a compreensão sobre as vulnerabilidades específicas, orientando o planejamento de ações integradas no âmbito da Assistência Social. Essa análise é essencial para aprimorar a oferta de serviços, reduzir desigualdades e fortalecer a garantia de direitos no território.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO

5.1 Política Municipal de Saúde

A saúde é determinante para a qualidade de vida, para a produtividade e para a vulnerabilidade social. Mapear a rede de serviços de saúde, cobertura populacional e infraestrutura permite identificar desigualdades e prioridades para intervenção.

O Sistema Municipal de Saúde de Nova Fátima, está integrado ao SUS, que preconiza a regionalização na prestação dos serviços de saúde e a hierarquização das atribuições, onde cada esfera governamental deve cumprir funções e competências específicas, porém articuladas entre si.

De acordo com Plano Municipal de Saúde de Nova Fátima, disponibilizado no site oficial da Prefeitura Municipal, a Secretaria Municipal de Saúde, em termos de Estrutura Física e Humana, é provida de 01 Unidade Básica de Saúde, a qual atende toda a população do município no horário das 07:00 às 16:00 horas. Possui 02 Equipes E.S.F. formadas por 02 médicos, 02 enfermeiros, 02 Técnicas de Enfermagem, 02 Cirurgiãs Dentistas, 02 Técnicas de Higiene Dental e 10 Agentes Comunitários de Saúde que realizam o atendimento/visitas de toda população.

Ainda de acordo com o Plano Municipal de Saúde, no município de Nova Fátima, os serviços especializados que integram a Atenção Básica desempenham papel fundamental na garantia da saúde e no enfrentamento das vulnerabilidades que impactam diretamente as condições de vida da população. Entre esses serviços, destacam-se as áreas de Fisioterapia, Nutrição e Saúde Mental, que atuam de forma integrada à Estratégia Saúde da Família e contribuem para a promoção, prevenção e recuperação da saúde no território.

A Fisioterapia foi incorporada à Atenção Básica com o objetivo de ampliar o cuidado integral aos usuários, especialmente aqueles que apresentam limitações funcionais ou condições incapacitantes. As ações ofertadas são de caráter ambulatorial e domiciliar, possibilitando que o atendimento alcance tanto usuários que conseguem se deslocar até a unidade quanto aqueles com dificuldades de locomoção. O acesso ocorre mediante encaminhamento médico especializado, garantindo que o tratamento seja direcionado conforme necessidades específicas. As visitas domiciliares, voltadas principalmente a pessoas acamadas, têm como foco a avaliação fisioterapêutica, o acompanhamento terapêutico e a orientação aos cuidadores, contribuindo para a melhoria da autonomia e da qualidade de vida dos usuários.

O Serviço de Nutrição atua de forma estratégica no cuidado às condições crônicas, que representam parcela significativa da demanda do município. A partir de encaminhamento médico, são realizados atendimentos individuais destinados à prevenção, manutenção e controle de diversas condições, como obesidade, hipertensão, diabetes, dislipidemias, anemia, distúrbios gastrointestinais e outras alterações que exigem acompanhamento nutricional contínuo. A atuação da nutricionista inclui ainda atividades educativas junto a gestantes, idosos e crianças, fortalecendo práticas de alimentação saudável e prevenção de agravos. Em articulação com a Estratégia Saúde da Família, são efetuadas visitas domiciliares previamente agendadas, especialmente para pacientes acamados, garantindo equidade no acesso sem comprometer o fluxo da Unidade Básica de Saúde.

A Saúde Mental, por sua vez, constitui área prioritária na política municipal de saúde, dada a necessidade crescente de atenção a casos de sofrimento psíquico e transtornos mentais. O município desenvolve ações que buscam garantir tratamento acessível, humanizado e centrado na comunidade, permitindo que um maior número de usuários tenha acesso rápido aos serviços de cuidado emocional. Os atendimentos incluem acompanhamento psicológico individual, manejo de transtornos leves e moderados, oferta de medicamentos psicotrópicos — essenciais para estabilização de sintomas e prevenção de recorrências — e suporte às famílias dos usuários. A abordagem comunitária fortalece o vínculo terapêutico, reduz estigmas e promove melhores condições de convivência e qualidade de vida para pessoas com transtornos mentais.

De maneira integrada, esses serviços especializados ampliam a capacidade de resposta da Atenção Básica, contribuindo para a redução de vulnerabilidades sociais e para a promoção de saúde no território. A análise evidencia que, apesar das limitações estruturais típicas de municípios de pequeno porte, Nova Fátima mantém uma rede de cuidado que busca garantir acesso, continuidade e integralidade, fatores essenciais para minimizar desigualdades e fortalecer a proteção social e a qualidade de vida da população.

A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Fátima mantém um conjunto estratégico de parcerias e convênios para ampliar o acesso da população aos serviços de média e alta complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa articulação é essencial para garantir a oferta de consultas especializadas, exames de diagnóstico e procedimentos laboratoriais, considerando a estrutura limitada da rede local e a necessidade de suporte intermunicipal.

O principal parceiro do município é o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte do Paraná (CISNOP), situado em Cornélio Procopio. Por meio desse consórcio, a população tem acesso a diversas especialidades médicas e a um amplo conjunto de exames, como ultrassonografias, radiografias, tomografias e testes laboratoriais. Os atendimentos são ofertados de acordo com um sistema de cotas e, quando necessário, por meio de extra-cotas adquiridas pela gestão municipal.

Apesar da importância do CISNOP, observa-se a existência de demanda reprimida, especialmente em consultas especializadas e exames de diagnóstico, resultando em filas de espera que variam entre 1 e 3 meses, conforme consta no Plano Municipal de Saúde do Município. Esse cenário evidencia a insuficiência da oferta regional diante das necessidades da população e reforça o papel central do município em complementar atendimentos que, pela legislação do SUS, deveriam ser garantidos pelo Estado — especialmente aqueles classificados como média e alta complexidade. Para suprir essas lacunas, a Prefeitura tem assumido custos significativos, ampliando a compra de serviços e procedimentos externos.

Outro parceiro relevante é o Laboratório São Marcos, contratado por meio de licitação, responsável pela realização de exames laboratoriais complementares. Essa parceria contribui para agilizar diagnósticos e reduzir o tempo de espera dos usuários na Atenção Básica.

Nos casos de urgência e emergência, o município conta com o suporte do Hospital Santa Terezinha, localizado em Nova Fátima, e da Santa Casa de Misericórdia de Cornélio Procopio, que prestam atendimentos hospitalares conforme a complexidade dos casos. Além disso, o SAMU integra a rede de resposta rápida, atuando no atendimento pré-hospitalar móvel, especialmente em situações de trauma, acidentes e casos clínicos graves que exigem transporte imediato.

Considerando o fluxo contínuo de pacientes que necessitam de tratamento em serviços de referência regional e estadual, destaca-se também a parceria com a Casa de Apoio Esperança, em Londrina. Essa instituição oferece hospedagem e alimentação a pacientes e acompanhantes, principalmente àqueles em tratamento no Hospital do Câncer, garantindo acolhimento digno e reduzindo custos de deslocamento e permanência.

Por fim, como integrante do SUS, Nova Fátima mantém articulação com diversos hospitais e unidades especializadas localizados em diferentes regiões do Paraná e na capital, viabilizando atendimentos que não são ofertados na rede local ou regional.

De forma geral, a análise demonstra que, embora o município disponha de uma rede articulada de parcerias, ainda enfrenta desafios relacionados à capacidade de atendimento, tempo de espera e dependência de serviços contratualizados. Esses aspectos impactam diretamente o acesso da população e devem ser considerados na formulação de estratégias de gestão e planejamento intersetorial.

Abaixo os endereços das instituições de saúde que fazem o atendimento à população de Nova Fátima:

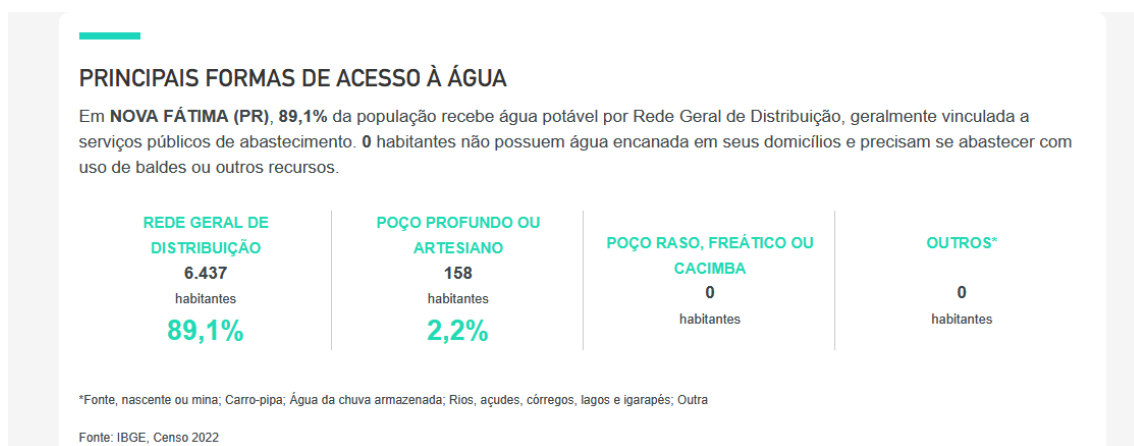
INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	Cidade
Secretaria Municipal de Saúde	Rua Moisés Lupion nº446 – Vila Santa Bárbara	Nova Fátima
Unidade Básica de Saúde	Rua Moisés Lupion nº446 – Vila Santa Bárbara	Nova Fátima
Hospital Santa Terezinha	Rua Gov. Munhoz da Rocha nº229 – Vila São Luiz	Nova Fátima

Laboratório São Marcos	Rua Vereador Orlando Cherubino Terra nº267 – Centro	Nova Fátima
Santa Casa de Misericórdia	Rua Nossa Senhora do Rocio nº1165, Centro	Cornélio Procópio
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte do Paraná - CISNOP	Av. Bento Ferraz de Campos nº525	Cornélio Procópio
Centro de Apoio Esperança - CAE	Rua Ataulfo de Paiva nº133 – Jardim Monções	Londrina

5.2 Política Municipal de Meio ambiente

O município de Nova Fátima apresenta características ambientais que influenciam diretamente a qualidade de vida da população, especialmente no que se refere ao saneamento básico, ao abastecimento de água e ao manejo de resíduos sólidos.

Em relação ao abastecimento de água, 81,1% da população é atendida por rede pública. Esse percentual é inferior à média estadual (87,5%) e nacional (83,1%), indicando a necessidade de ampliar a cobertura e melhorar a infraestrutura hídrica para garantir maior acesso à água potável.



Fonte: Instituto Água e Saneamento. Disponível em:

<https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/pr/nova-fatima>.

Acesso em 19 nov. 2025.

No que se refere ao esgotamento sanitário, observa-se uma fragilidade significativa: 7.157 habitantes utilizam fossa rudimentar, sistema com baixa eficiência e alto potencial de contaminação do solo e das águas subterrâneas. Esse cenário evidencia a ausência de infraestrutura adequada de esgoto, representando um dos principais desafios ambientais e de saúde pública do município.

TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (CENSO 2022)

Em **NOVA FÁTIMA (PR)**, **0,6%** da população afasta seus esgotos por meio de Rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede. **15** utilizam fossa séptica ou fossa filtro não ligada à rede e **7** com outras soluções. **0** habitantes em **NOVA FÁTIMA (PR)** não têm banheiros nem sanitários.

REDE GERAL, REDE PLUVIAL
OU FOSSA LIGADA À REDE

41
habitantes
0,6%

FOSSA SÉPTICA OU FOSSA
FILTRO NÃO LIGADA À REDE

15
habitantes
0,2%

FOSSA RUDIMENTAR OU
BURACO

7.157
habitantes
99,1%

OUTROS*

7
habitantes
0,1%

*Vala; Rio, lago, córrego ou mar; Outra forma

Fonte: IBGE, Censo 2022

Fonte: Instituto Água e Saneamento. Disponível em:

<https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/pr/nova-fatima>.

Acesso em 19 nov.2025.

Quanto ao manejo de resíduos sólidos, 91,9% dos moradores contam com coleta regular de lixo. Entretanto, 470 habitantes queimam seus resíduos e 103 utilizam formas alternativas de descarte, o que indica práticas inadequadas que geram impactos ambientais e riscos à saúde, reforçando a necessidade de ações de educação ambiental e expansão dos serviços de coleta.

DESTINO DO LIXO (CENSO 2022)

Em **NOVA FÁTIMA (PR)**, o lixo de **91,9%** da população é coletado. **470** habitantes queimam seu lixo e **103** utilizam outras formas de destino.

COLETADO	QUEIMADO NA PROPRIEDADE	ENTERRADO NA PROPRIEDADE	OUTROS*
6.641 habitantes 91,9%	470 habitantes 6,5%	9 habitantes 0,1%	103 habitantes 1,4%

*Jogado em terreno baldio, encosta ou área pública; Outro destino

Fonte: IBGE, Censo 2022

Fonte: Instituto Água e Saneamento. Disponível em:

<https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/pr/nova-fatima>.

Acesso em 19 nov.2025.

Diante desses dados, constata-se que, embora Nova Fátima apresente avanços em alguns serviços, persistem vulnerabilidades importantes no saneamento, que exigem planejamento e investimentos contínuos. O fortalecimento das políticas ambientais é fundamental para promover saúde, bem-estar e desenvolvimento sustentável no município.

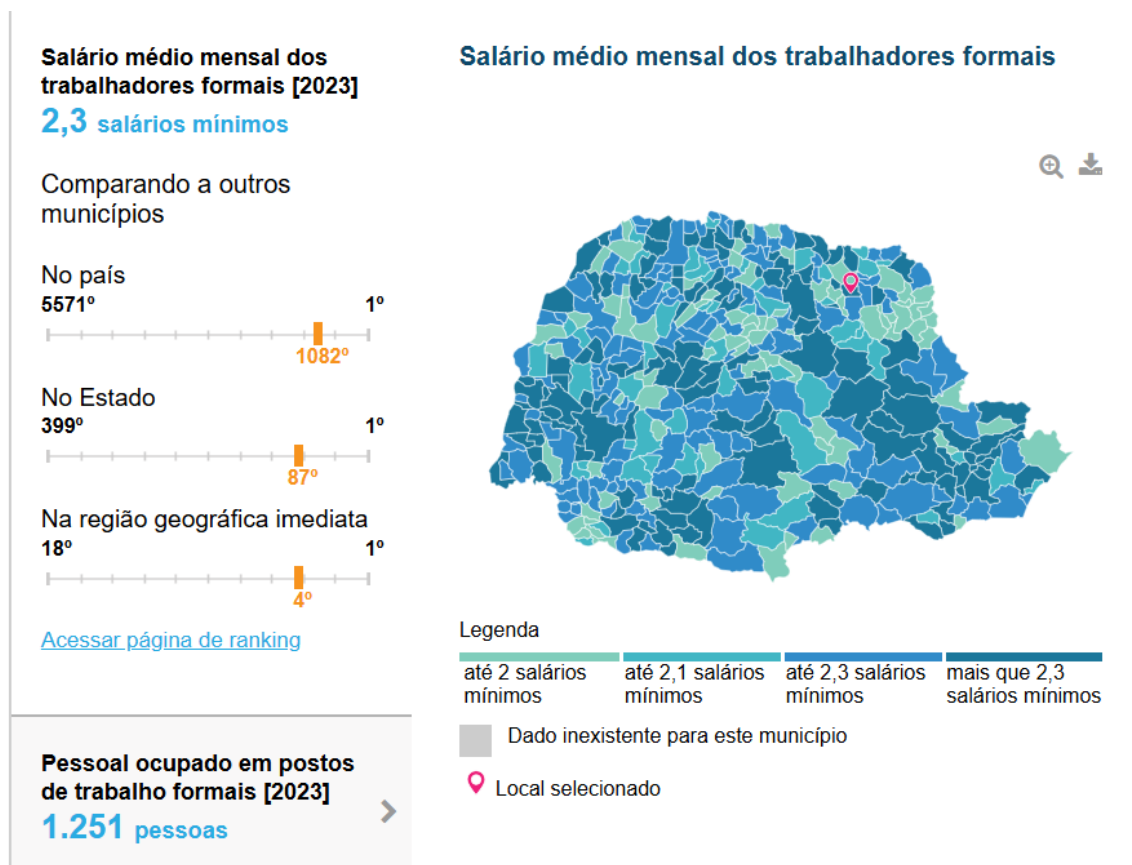
5.3 POLÍTICA MUNICIPAL DE ECONOMIA/TRABALHO E RENDA

Os dados referentes ao mercado de trabalho e à distribuição de renda em Nova Fátima demonstram um cenário marcado por contrastes entre o nível de emprego formal, a média salarial e a presença histórica de desigualdades.

Em 2023, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2,3 salários-mínimos, indicador que coloca o município em patamar intermediário de rendimento quando comparado a municípios de porte semelhante. Esse dado sugere que, entre os trabalhadores com vínculo formal, há relativa estabilidade e renda acima da média observada entre famílias vulneráveis inscritas no CadÚnico. No entanto, a média salarial não reflete as condições dos trabalhadores informais, que tendem a receber menos, e nem da população em geral, que apresenta maior heterogeneidade de rendimentos.

No mesmo ano, o município registrou 1.251 pessoas ocupadas em postos formais de trabalho, um quantitativo expressivo para o porte populacional local,

indicando a presença de setores econômicos com capacidade de absorção de mão de obra formalizada. Apesar disso, a economia municipal ainda apresenta limitação na diversidade de atividades econômicas, o que restringe a oferta de empregos qualificados, sobretudo para jovens e para trabalhadores com menor escolaridade.



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/nova-fatima/panorama>. Acesso em 18. nov.2025.

Em termos de desigualdade econômica, o dado mais sensível é o percentual da população com rendimento per capita mensal de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, que alcançava 34,5% em 2010. Ainda que não haja dado atualizado na mesma métrica censitária, a manutenção de níveis elevados de cadastro no CadÚnico, a quantidade de famílias em pobreza e baixa renda e o volume de beneficiários do Bolsa Família sugerem que esse percentual permanece relevante no território. Isso indica que ao menos um terço da população enfrenta

condições materiais reduzidas, com forte dependência da proteção social e baixa capacidade de geração de renda própria.

O conjunto dos dados revela um quadro em que:

- O mercado de trabalho formal é significativo, mas não absorve toda a população economicamente ativa.
- Os salários formais apresentam média relativamente elevada, porém coexistem com um contingente populacional expressivo de baixa renda.
- A desigualdade estrutural permanece evidente, especialmente quando se observa a alta dependência de programas sociais e o número de famílias inscritas no CadÚnico.
- O município enfrenta o desafio de ampliar oportunidades de trabalho e qualificação profissional, de modo a reduzir a dependência de transferências de renda e fortalecer a autonomia econômica das famílias.
- Os indicadores apontam para a necessidade de políticas intersetoriais que articulem assistência social, desenvolvimento econômico, educação e capacitação profissional.

Em síntese, Nova Fátima apresenta simultaneamente um mercado formal de trabalho estruturado e um contingente populacional relevante em situação de vulnerabilidade, configurando um território heterogêneo, com desigualdades persistentes que demandam planejamento estratégico contínuo.

O PIB per capita do município de Nova Fátima, conforme dados do IPARDES, é de R\$ 38.787. Contudo, esse indicador deve ser analisado com cautela. Em territórios onde o PIB é fortemente concentrado em setores específicos — como ocorre em municípios cuja economia depende majoritariamente da agropecuária — é comum que o valor per capita não reflita a renda real das famílias.

Isso ocorre porque a riqueza gerada nem sempre é distribuída de forma equilibrada entre a população. Além disso, a presença de atividades informais, a sazonalidade da produção agrícola e a dependência de empregos de baixa remuneração contribuem para uma realidade econômica que difere significativamente do que o PIB per capita sugere.

Assim, embora o indicador demonstre a capacidade produtiva do município, ele não traduz diretamente o nível de bem-estar ou o poder de compra

da população, devendo ser complementado por outros dados socioeconômicos para uma análise mais precisa da realidade local.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) PER CAPITA (R\$ 1,00)

INFORMAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021
Produto Interno Bruto (PIB) per Capita	35.745	30.299	26.484	34.596	38.787

FONTES: IBGE, IPARDES

Fonte: IPARDES. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Caderno-Estatistico-Municipal>. Acesso em 19 nov.2025.

Apesar desse cenário, o município apresenta potencialidades importantes para o desenvolvimento socioeconômico, como a estruturação de cadeias produtivas agrícolas, fortalecimento de cooperativas, incentivo ao agronegócio sustentável e possibilidade de expansão do turismo rural e ecológico. A qualificação profissional da população, aliada ao fomento de atividades de comércio e serviços, pode ampliar alternativas de trabalho e renda e contribuir para a permanência dos jovens no território.

5.4 POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

O Município de Nova Fátima implantou, em 2025, o Departamento Municipal de Cultura, consolidando a gestão das políticas culturais locais e fortalecendo a institucionalização do setor. A criação desse órgão demonstra o compromisso da administração municipal em organizar, planejar e ampliar ações culturais que atendam à população, promovendo acesso à cultura, preservação do patrimônio e valorização das expressões artísticas locais.

Do ponto de vista do diagnóstico socioterritorial, essa iniciativa apresenta os seguintes impactos e observações:

1. Fortalecimento da Gestão Cultural: A existência de um departamento específico permite maior planejamento estratégico das atividades culturais, com estrutura organizacional dedicada, clareza nas responsabilidades e melhor articulação com outras secretarias e órgãos públicos.

2. **Ampliação do Acesso e da Participação Social:** A formalização do setor cultural possibilita a criação de programas e projetos voltados à população em geral, incentivando a participação comunitária e o desenvolvimento de iniciativas artísticas que reflitam a identidade local.
3. **Valorização do Patrimônio e da Memória Local:** Com recursos e pessoal qualificado, o município tem maior capacidade de identificar, preservar e divulgar manifestações culturais, tradições e patrimônios materiais e imateriais, fortalecendo o senso de pertencimento da comunidade.
4. **Potencial para Articulação Intersectorial:** O departamento pode atuar de forma integrada com áreas como educação, turismo, assistência social e esporte, promovendo políticas públicas mais abrangentes e com maior impacto social.
5. **Necessidade de Monitoramento e Avaliação:** Para que os efeitos esperados se concretizem, recomenda-se estabelecer indicadores de desempenho, acompanhamento de projetos e avaliação periódica das ações culturais, garantindo eficiência, transparência e alinhamento com as demandas socioterritoriais.

A criação do Departamento Municipal de Cultura representa avanço significativo no fortalecimento das políticas públicas culturais de Nova Fátima. Para fins do diagnóstico socioterritorial, evidencia o reconhecimento da cultura como vetor de desenvolvimento local, inclusão social e fortalecimento da identidade comunitária, mas também aponta a necessidade de acompanhamento técnico e recursos contínuos para consolidar os resultados.

5.5 POLÍTICA MUNICIPAL DE ESPORTE

O esporte em Nova Fátima constitui um importante instrumento de promoção da saúde, convivência comunitária e inclusão social, especialmente para crianças, adolescentes e jovens. O município apresenta vocação para práticas esportivas de caráter comunitário, com destaque para o futebol, modalidades coletivas e atividades desenvolvidas em espaços públicos, que são amplamente utilizados pela população.

Os principais equipamentos esportivos do município — como ginásios, quadras e campos — exercem papel central na dinâmica de lazer local, embora

a infraestrutura ainda se apresente limitada para atender de forma plena à demanda. Em algumas regiões, observa-se a necessidade de manutenção dos espaços existentes, ampliação da oferta e adequação para prática segura das atividades esportivas. A carência de equipamentos especializados, como pistas, salas multiuso ou áreas adaptadas, restringe a diversidade de modalidades ofertadas.

Possui uma estrutura esportiva composta por:

ESPAÇO	QTDE
Quadra de esporte	01
Ginásio de Esporte Felix Ribeiro	01
Estadio de Futebol Dr. Ross	01
Academia ao Ar Livre	07
Playground para crianças	03

Oferta de atividades esportivas:

- Para crianças e adolescentes: aulas de futebol, futsal e voleibol.
- Para idosos: aulas de alongamento.

São muitos os impactos que o esporte traz para a população como:

1. Promoção da saúde e qualidade de vida: A infraestrutura e as atividades contribuem para a prática regular de exercícios e desenvolvimento físico da população.

2. Inclusão social e convivência comunitária: O esporte atua como instrumento de integração social, incentivando a participação de diferentes faixas etárias e fortalecendo laços comunitários.

3. Limitações e demandas futuras: Há necessidade de ampliação da infraestrutura, manutenção dos equipamentos existentes e diversificação das modalidades para atender melhor à população.

O esporte em Nova Fátima desempenha papel estratégico na promoção de bem-estar, socialização e integração comunitária. Apesar da infraestrutura existente e das atividades ofertadas, é necessária atenção para a ampliação e adequação dos espaços, garantindo acesso seguro e diversificado para todas as faixas etárias.

5.6 POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A análise do eixo da educação no município evidencia uma estrutura organizada, com oferta de ensino desde a educação infantil até o ensino médio, além de serviço especializado para pessoas com deficiência. Os indicadores educacionais, aliados à configuração das instituições de ensino, permitem compreender a capacidade instalada, os desafios e as potencialidades do território.

5.6.1 Taxa de Escolarização e Indicadores de Desempenho

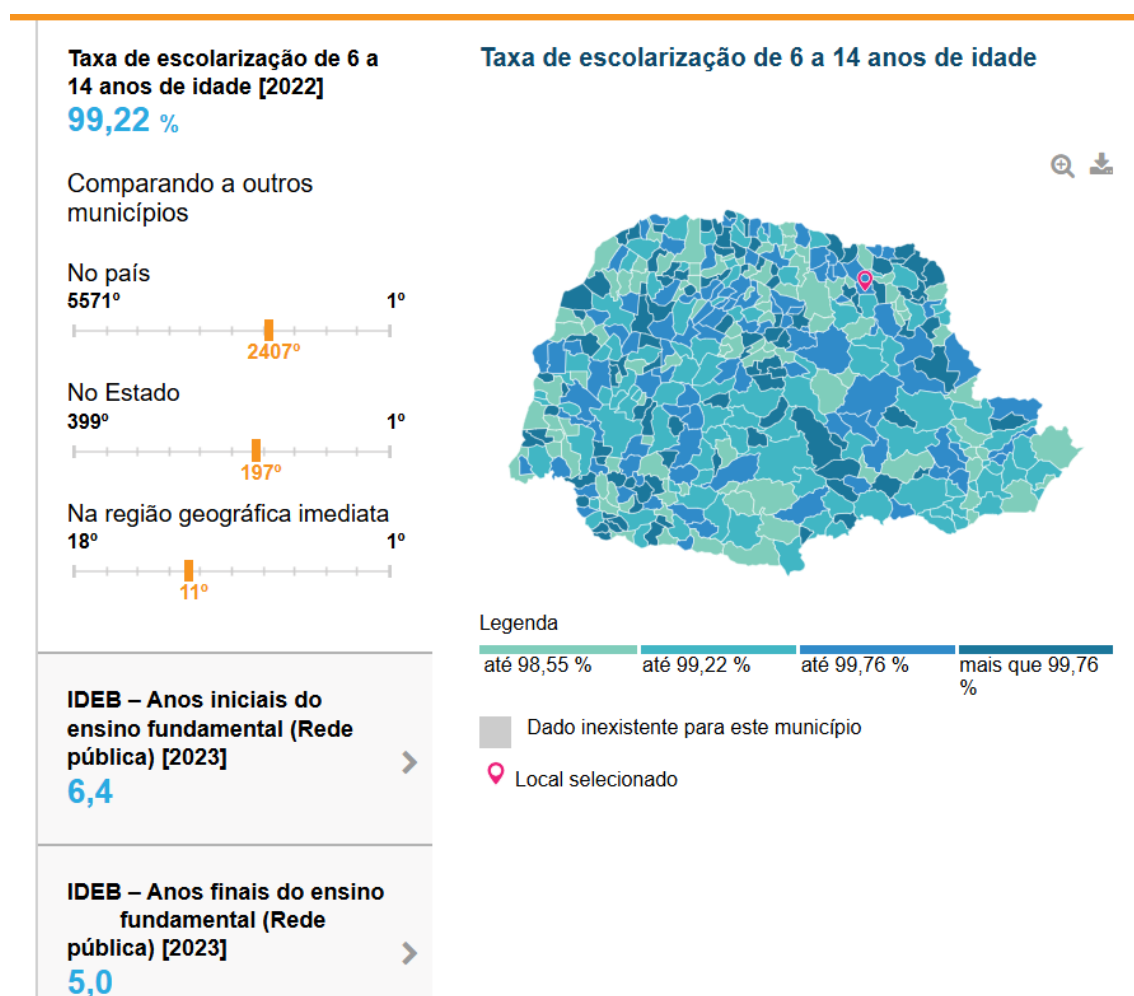
Os indicadores educacionais de Nova Fátima evidenciam desempenho favorável no acesso à educação na faixa etária obrigatória, embora ainda existam desafios relacionados à qualidade do ensino, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental.

Segundo o IBGE, em 2022, a taxa de escolarização de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos alcançou 99,22%, demonstrando quase universalização do acesso e indicando boa capacidade do município em garantir matrícula e permanência escolar nesse grupo etário. Na comparação com os demais municípios do Paraná, Nova Fátima ocupava a 197ª posição entre 399 municípios, situando-se na média estadual. Em âmbito nacional, alcançou a 2407ª posição entre 5570 municípios, também revelando desempenho consistente e alinhado aos padrões do país.

Entretanto, quando analisados os dados de qualidade da educação, medidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), observa-se um quadro que aponta avanços nos anos iniciais, mas limitações nos anos finais do Ensino Fundamental. Em 2023, o IDEB da rede pública municipal foi de 6,4 para os anos iniciais, indicador considerado satisfatório e compatível com metas nacionais. Já nos anos finais, o índice foi de 5,0, revelando uma queda de desempenho conforme os estudantes avançam na escolaridade, fenômeno recorrente em muitos municípios brasileiros.

Na comparação estadual, Nova Fátima ocupou as posições 205 (anos iniciais) e 321 (anos finais) entre os 399 municípios do Paraná, evidenciando que o desempenho dos anos finais se encontra abaixo da média estadual.

Esses resultados apontam para a importância de investimentos contínuos em estratégias pedagógicas, formação de professores, acompanhamento individualizado e ações intersetoriais que contribuam para melhorar o rendimento escolar, reduzir defasagens e fortalecer o processo de aprendizagem, especialmente no ciclo final da Educação Básica.



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/nova-fatima/panorama>. Acesso 18 nov.2025.

Esses indicadores apontam para um cenário de acesso garantido, mas que requer fortalecimento das estratégias voltadas à qualidade da aprendizagem, especialmente nas etapas finais da escolarização, onde desafios como defasagem idade-série e desmotivação dos estudantes são mais recorrentes.

5.6.2 Dados de Matrículas e Docentes

Conforme dados do IBGE, no ano de 2024, o município registrava:

- **705 matrículas** no Ensino Fundamental;
- **172 matrículas** no Ensino Médio;
- **74 docentes** atuando no Ensino Fundamental;
- **17 docentes** no Ensino Médio.

Esses números revelam uma relação alunos/professor equilibrada, contribuindo para melhores condições de acompanhamento pedagógico. A diferença entre matrículas do Ensino Fundamental e Médio é esperada e pode refletir fatores como deslocamento para outras cidades, ingresso precoce no mercado de trabalho, evasão escolar ou limitações na oferta formativa.

5.6.3 Instituições de Ensino Existentes no Município

O município conta com uma estrutura diversificada de instituições educacionais, garantindo atendimento desde a primeira infância até a adolescência, além de oferta de educação especial.

NÍVEL DE EDUCAÇÃO	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO
Educação Infantil	Centro Municipal de Educação Infantil Franciele de Souza Belinelli	Rua Ver Nestor Cendon Garrido_sn Cj Hab Sta Edwirge - Nova Fatima /Pr

Educação Infantil	Centro Municipal de Educação Infantil Mãe Rainha	Rua Tabeliao Jorge Barbosa de Melo, 450 Nova Fatima /Pr
Educação Infantil	Centro De Educação Infantil Tangara Mirim	Rua Interventor Manoel Ribas, 571 Centro Nova Fatima /Pr
Ensino Fundamental I	Escola Municipal Leila Domingos Chaerque	Rua Lidia Roudbard Glaser, 105 Jardim Glaser Nova Fatima - Pr
Ensino Fundamental I	Escola Municipal Maria Pura M Fraiz	Rua Pioneiro Joao Quani, 706 Centro Nova Fatima - Pr
Ensino Fundamental I	Escola Municipal Moyses Lupion	Bairro dos Messias Nova Fatima /Pr
Ensino Médio e Profissionalizante	Colégio Estadual e Ensino Profissionalizante Adelaide Glaser Ross	Rua Moyses Lupion, 474 Centro Nova Fatima / Pr
Ensino Fundamental II e	Escola Estadual Aloysio de Barros Tostes	Rua Antonio Grandis Gatti, 119 Centro Nova Fatima - Pr
Educação Especial	Educação Especial Fatimense - APAE	Al Bolivia, 45 Centro Nova Fatima /Pr

Fonte: CONSULTA ESCOLA. Disponível em:

<https://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/pages/templates/initial2.xhtml?windowId=8f1&codigoMunicipio=1710&codigoEstab=289>. ACESSO 18 NOV.2025.

A presença dessas instituições garante cobertura educacional ampla no território, incluindo ações de educação inclusiva e atendimento especializado. Entretanto, a organização espacial das escolas, sua capacidade física, a oferta de transporte escolar e a qualidade da infraestrutura são aspectos que exigem avaliação contínua para assegurar equidade no acesso.

5.7 POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Constituição Federal de 1988, ao inserir a Assistência Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, no tripé da Seguridade Social, lhe atribuiu o status de política pública, concebida enquanto um direito do cidadão e um dever do Estado. A Lei Federal nº 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, alterada pela Lei nº 12.435 de 2011, com a aprovação da Política de Assistência Social, em 2004, e da Norma Operacional Básica - NOB-SUAS, em 2005, institui-se o Sistema Único da Assistência Social – SUAS como política de proteção social de caráter não contributivo.

Organiza-se pelos seguintes tipos de proteção: Proteção Social Básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; Proteção Social Especial (Média Complexidade e Alta Complexidade): conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.

A rede socioassistencial de Nova Fátima é composta por um conjunto integrado de serviços, programas, projetos e benefícios que são executados diretamente pela Departamento Municipal de Assistência Social ou em parceria com organizações sem fins lucrativos que compõem de maneira integrada e articulada a rede de serviços de assistência social do município. Os princípios e diretrizes da política devem assegurar garantias sociais, como segurança de acolhida, segurança de sobrevivência e renda e segurança de convívio e convivência. A Política de Assistência Social, bem como seus serviços são designados para o atendimento de todos, sendo pessoas de qualquer idade ou famílias que se encontram em situação de privação, vitimização, exploração, vulnerabilidade social, exclusão pela pobreza, risco pessoal e social.

5.7.1 Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica, junto a Proteção Especial são dois níveis de atendimento e assistência social previstos pela Política Nacional de Assistência Social no Brasil. Esses níveis têm como objetivo garantir a proteção e promoção dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. A Proteção Básica é o nível de atendimento mais abrangente e visa prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade social. Ela é destinada a todas as famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade, oferecendo serviços, programas, projetos e benefícios que visam fortalecer os vínculos familiares e comunitários, promover o acesso a direitos e estimular a autonomia e a inclusão social. Alguns exemplos de serviços da Proteção Básica são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e os Programas de Transferência de Renda, como o Bolsa Família. Em resumo, a Proteção Básica tem um caráter mais preventivo, buscando evitar a situação de vulnerabilidade.

O CRAS tem por objetivos a prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos e da fragilização de vínculos afetivos, discriminações etárias, étnico-raciais, de gênero ou por deficiência, entre outras. A seguir os principais serviços e programas ofertados no CRAS.

O CRAS do município atualmente funciona em espaço alugado, o que, embora garanta a continuidade do atendimento, limita a estrutura necessária para a qualificação dos serviços ofertados. Contudo, encontra-se em fase de construção a sede própria, viabilizada por meio de recurso do Governo Estadual, o que representa um avanço significativo para a melhoria das condições de trabalho da equipe e do acolhimento às famílias atendidas pela Proteção Social Básica. Encontra-se a Rua Orlando Cherubino Terra nº302, centro.

Abaixo apresenta-se o quadro de recursos humanos do CRAS, composto pelos profissionais responsáveis pela execução das ações, atendimentos e acompanhamentos no âmbito da Proteção Social Básica. A estrutura contempla as seguintes funções, quantidades e cargas horárias:

CARGO/FUNÇÃO	QTDE	CARGA HORÁRIA
Psicóloga/Coordenadora	01	40h
Assistente Social	01	30h
Operador CadÚnico	01	40h
Orientador social	01	30h
Gerais	01	40h
Estagiário recepção	01	30h
Estagiário psicologia	01	30h

Sendo Nova Fátima um município de pequeno porte, a equipe atende aos requisitos mínimos, porém há restrições para atuação ampliada do PAIF, especialmente em ações de território, visitas domiciliares e acompanhamento continuado. O número de orientadores sociais é reduzido, o que pode limitar a capacidade de resposta às situações de vulnerabilidade e risco social. A gestão do equipamento pode ser impactada pela sobrecarga decorrente do acúmulo de funções.

5.7.2 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF

É principal serviço executado pelo CRAS, o PAIF, tem como propósito fortalecer o papel protetivo das famílias, de maneira que sejam protagonistas sociais e capazes de responder pelas atribuições de sustento, guarda e educação de suas crianças, adolescentes e jovens, bem como garantir a proteção aos seus membros em situação de dependência, como idosos e pessoas com deficiência. No mês de outubro de 2025, 42 famílias estavam em acompanhamento pelo PAIF, por meio de atendimento em grupo e particularizado.

De acordo com dados do RMA, segue número de famílias em acompanhamento pelo PAIF no ano de 2025.

Famílias em acompanhamento pelo PAIF 2025

Mês	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AG	SET	OUT
QTDE	36	36	41	43	42	52	52	46	40	42

Fonte: RMA. Acesso em 24 nov.2025.

5.7.3 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo- SCFV

É um serviço complementar ao trabalho social com famílias, realizado em grupos e organizado a partir de percursos metodológicos, conforme as especificidades dos ciclos de vida, de modo a garantir e prevenir a ocorrência de situações de risco social, com caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades. O município de Nova Fátima dispõe de centros de convivência destinados a diferentes faixas etárias, com o objetivo de promover a inclusão social, o desenvolvimento de habilidades, a convivência comunitária e o bem-estar da população.

Centro de Convivência para Crianças e Adolescentes – “Criança em Ação”

- Localizado em prédio próprio, atende atualmente 106 crianças com idades entre 6 e 12 anos, além de adolescentes de até 15 anos com necessidades especiais.
- São oferecidas atividades culturais, educativas e esportivas, incluindo pintura, crochê, música, dança, fanfarra e taekwondo.
- O serviço conta com transporte para facilitar o acesso das crianças e adolescentes às atividades.

Centro de Convivência para Idosos

- Instalado também em prédio próprio, atende 170 inscritos, oferecendo aulas de dança, crochê, pintura e outros tipos de artesanato.
- O centro contribui para a promoção da saúde, socialização e qualidade de vida da população idosa, com transporte disponibilizado para todos os participantes.

O município oferta também SCFV para idosos com idades entre 19 a 59 anos, na sede do CRAS, com atividades de artesanato em geral.

Há ainda oferta de atividades do SCFV para crianças de 3 a 14 anos em oficinas de ballet e judô, atendendo aproximadamente 60 crianças.

5.7.4 Benefício de Prestação Continuada – BPC

É um benefício de renda no valor de um salário-mínimo para pessoas com deficiência de qualquer idade ou para idosos com idade de 65 anos ou mais que apresentam impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que, por isso, apresentam dificuldades para a participação e interação plena na sociedade. Para a concessão deste benefício, é exigido que a renda familiar mensal seja de até ¼ de salário-mínimo por pessoa e estar inscrito no cadastro único. Atualmente existem 170 beneficiários (Idoso e PCD) no município.



Fonte: MDS. Disponível em:
<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=411700&aM=0>.
Acesso em 17 nov.2025.

5.7.5 Benefícios Eventuais

Destinam-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o seu sustento diante do enfrentamento de contingências

sociais, cuja ocorrência 16 provoca riscos e fragilidade a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros. São ofertas da Assistência Social para prevenir e enfrentar situações provisórias de desproteção decorrentes ou agravadas por nascimentos, mortes, vulnerabilidades temporárias e calamidades.

Nova Fátima possui lei que regulamenta a concessão dos benefícios eventuais e afirma que os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais humanos.

No âmbito de Nova Fátima, ainda de acordo com a referida Lei Municipal, os benefícios eventuais classificam-se nas seguintes modalidades: • I – auxílio natalidade; • II – auxílio funeral; • III – auxílio em situação de vulnerabilidade temporária; • IV – auxílio em situações de desastre e calamidade pública.

Destaca-se que por serem considerados direitos socioassistenciais, é vedada a vinculação dos benefícios eventuais a quaisquer Programas de Governo, em consonância as diretrizes da Política Pública de Assistência Social, disciplinada na forma do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

No mês de outubro, o CRAS realizou a concessão de 117 cestas básicas a famílias em situação de vulnerabilidade social, além da concessão de 01 benefício de aluguel social, destinado ao atendimento emergencial de uma família que apresentava risco habitacional.

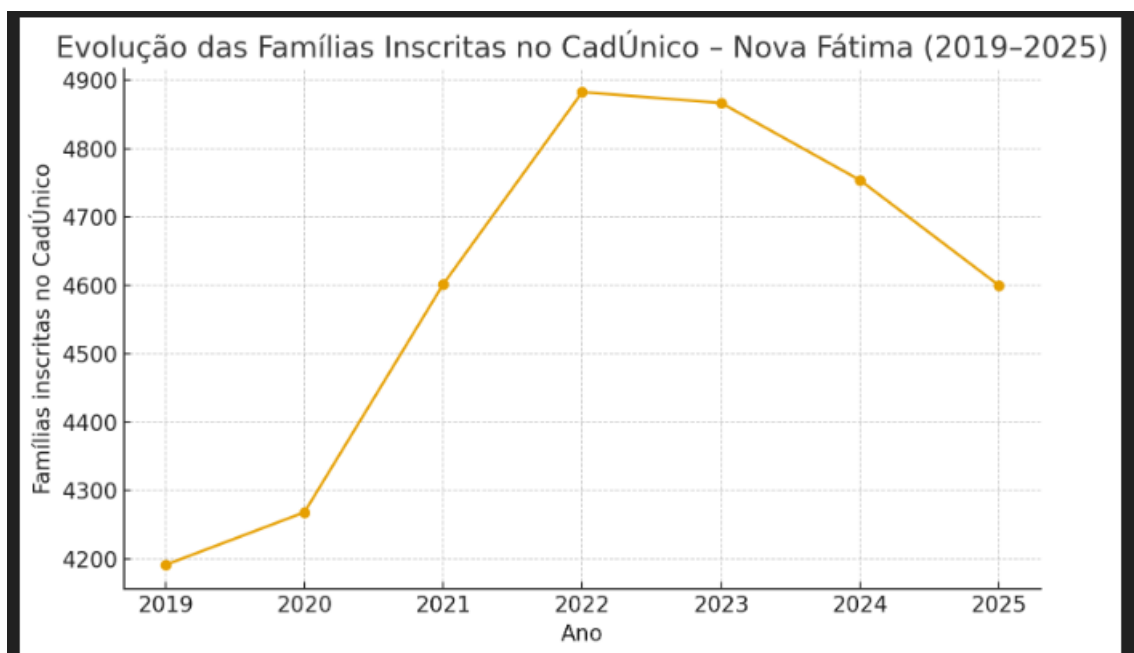
Ainda, no início do ano, em decorrência das fortes chuvas que afetaram o município, foram concedidas telhas a 05 famílias que tiveram suas residências danificadas, como medida de apoio para garantir condições mínimas de habitabilidade.

Essas concessões evidenciam a atuação do CRAS no atendimento às demandas emergenciais do território, assegurando proteção social imediata às famílias em situação de risco e fragilidade socioeconômica.

5.7.6 CADASTRO ÚNICO

Um dos principais serviços oferecidos à população através dos CRAS é o cadastramento no Cadastro Único. O Cadastro Único é um grande mapa das famílias de baixa renda no Brasil. Ele mostra ao governo quem são essas famílias, como elas vivem e do que elas precisam para melhorar suas vidas. Com o Cadastro Único, as famílias de baixa renda podem receber alguns benefícios sociais, como o Bolsa Família e desconto na conta de luz. Os benefícios variam de acordo com cada família cadastrada. As famílias que vivem com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa podem e devem ser registradas no Cadastro Único.

Esse Cadastro consiste num importante instrumento de levantamento de informação sobre a população socialmente vulnerável, auxiliando do planejamento de ações e elaboração de estratégias que contribuam para a superação dessa condição de vulnerabilidade e risco social.



Fonte: CECAD. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>. Acesso em 18 nov.2025.

A série histórica das famílias inscritas no CadÚnico em Nova Fátima entre 2019 e 2025 revela movimentos significativos que refletem tanto o contexto socioeconômico local quanto tendências nacionais de vulnerabilidade social.

Entre 2019 e 2022, observa-se crescimento contínuo do número de famílias cadastradas, passando de 4.191 para 4.883, um aumento de aproximadamente 16,5% no período. Esse crescimento pode estar associado a múltiplos fatores, como: impactos econômicos pós-pandemia, que ampliaram a demanda por programas de transferência de renda; maior busca por proteção social; ações de busca ativa realizadas pelos municípios para atualização cadastral; ampliação de políticas federais que utilizaram o CadÚnico como porta de entrada (Auxílio Emergencial, por exemplo, no período pós-2020).

O ano de 2022 marca o pico de inscrições, com a maior quantidade registrada (4.883 famílias). Esse ponto de maior demanda coincide com período de instabilidade econômica, aumento do custo de vida e pressão sobre as famílias de baixa renda.

A partir de 2023, inicia-se um movimento de redução gradual, chegando a 4.600 famílias em 2025. Essa diminuição pode indicar:

- recuperação parcial da renda das famílias;
- reorganização do mercado de trabalho;
- maior rigor ou regularização das atualizações cadastrais;
- finalização de efeitos residuais dos auxílios emergenciais;
- depuração natural do CadÚnico conforme famílias saem dos critérios de elegibilidade.

Apesar da redução, o número registrado em 2025 ainda é superior ao nível pré-pandemia (2019), indicando que a vulnerabilidade social na população permanece elevada e acima do patamar histórico.

De maneira geral, o comportamento da série revela que:

1. O município vivenciou forte ampliação da demanda por proteção social, especialmente entre 2020 e 2022.
2. Há sinais de estabilização, mas em um nível mais alto do que antes, indicando manutenção de situações de vulnerabilidade e dependência de políticas públicas.
3. A queda recente sugere avanço na gestão cadastral, mas não necessariamente redução proporcional da vulnerabilidade social.
4. O CadÚnico continua sendo um indicador central para planejamento das políticas sociais, especialmente na área de transferência de renda,

segurança alimentar, assistência social e oferta de serviços socioassistenciais.

O total de famílias cadastradas no Cadastro Único em Nova Fátima em novembro de 2025, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no mês de novembro de 2025: .

Famílias cadastradas	1943
Famílias em situação de baixa renda	501
Famílias em situação de pobreza	428
Famílias com renda percapta mensal acima de ½ salário mínimo	1014

Fonte: MDS. Disponível em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=411700&aM=0>.

Acesso em 17 nov.2025.

Os dados do CadÚnico indicam que o município de Nova Fátima possui 1.943 famílias cadastradas, sendo uma parcela expressiva delas situada em condições de vulnerabilidade socioeconômica. A distribuição por faixa de renda permite compreender o perfil da população atendida e orientar o planejamento das políticas socioassistenciais.

O conjunto desses dados revela que quase metade das famílias inscritas no CadÚnico (47,8%) apresenta algum grau de vulnerabilidade econômica — entre pobreza e baixa renda — o que reforça a importância das políticas públicas de transferência de renda, segurança alimentar e acompanhamento socioassistencial.

A presença de mais de mil famílias com renda acima de ½ salário-mínimo, embora inscritas no CadÚnico, indica que o sistema não é composto exclusivamente por famílias em extrema pobreza. Muitas delas buscam o cadastro para acesso a outros programas sociais, benefícios de tarifas, ações educacionais, saúde ou políticas habitacionais. Esse cenário também demonstra a capilaridade do CadÚnico como instrumento de identificação social, não restrito apenas à pobreza extrema, mas abrangendo realidades variadas.

A relação entre famílias em pobreza (428) e baixa renda (501) sugere que uma parcela significativa da população se encontra em faixa de vulnerabilidade intermediária, que pode oscilar entre estabilidade e risco social em momentos de crise econômica ou redução de acesso ao trabalho. Isso torna necessário o fortalecimento das estratégias de acompanhamento familiar, busca ativa e ações intersetoriais.

Cadastro Único por Grupos Populacionais Tradicionais Específicos:

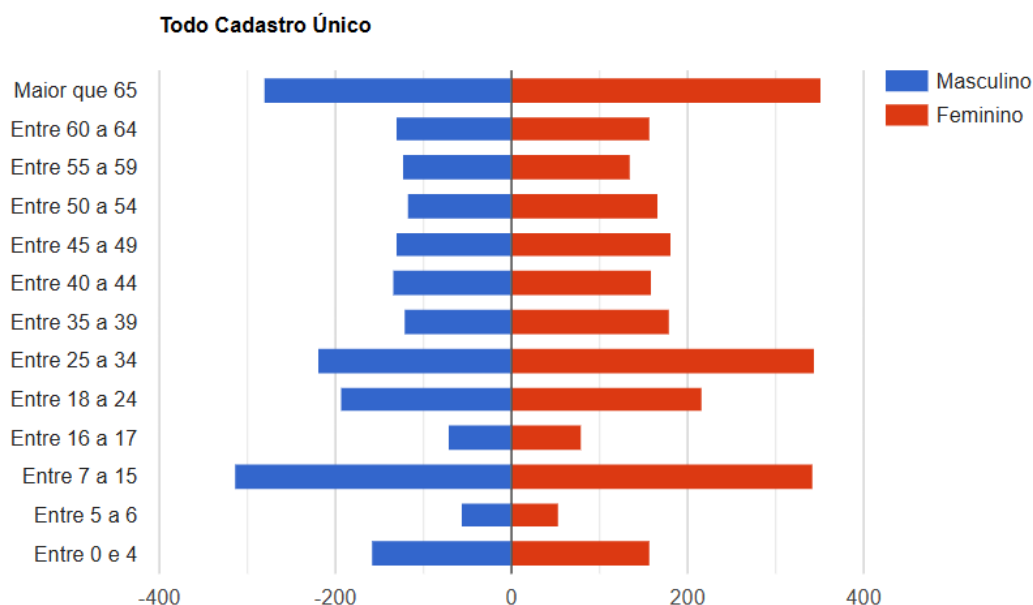
Grupos populacionais	Famílias cadastradas	Famílias beneficiárias do PBF
Indígenas	0	0
Ciganas	1	0
Quilombolas	0	0
Ribeirinhos	0	0
Extrativistas	0	0
Pescadores artesanais	0	0
Agricultores Familiares	1	0
Assentados da reforma agrária	0	0
Acampados	1	0
Pessoa em situação de rua	0	0
Atingidos por empreendimentos de infraestrutura	0	0
Coletores de material reciclável	1	0
Beneficiários do Programa Nacional do Crédito Fundiário	0	0
Famílias de preso do sistema carcerário	0	0
Famílias pertencentes a comunidade de terreiro	0	0

Fonte: MDS. Disponível em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=411700&aM=0>.

Acesso em 17 nov.2025.

A seguir o gráfico demonstrando a população inserida no Cadastro Único dividida por faixa etária e gênero:



Fonte: CECAD. <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>. Acesso em 18 nov.2025.

A partir dos atendimentos realizados pode-se perceber que o principal objetivo das famílias para seu cadastramento no Cadastro Único ainda é o Programa Bolsa Família (PBF). Trata-se de um programa Federal de transferência de renda direta que beneficia famílias em vulnerabilidade social, inscritas no Cadastro Único.

5.7.7 Programa Bolsa Família

Os dados do Programa Bolsa Família em Nova Fátima, referentes a novembro de 2025, evidenciam a centralidade da transferência de renda para a proteção social do município. No período analisado, 469 famílias foram atendidas, alcançando 1.281 pessoas, o que corresponde a uma parcela significativa da população municipal. O benefício médio mensal de R\$ 642,65 revela que a maioria das famílias recebe mais de um tipo de benefício, refletindo estruturas familiares numerosas, presença de crianças e adolescentes e forte incidência de vulnerabilidade social.

O perfil dos benefícios concedidos reforça esse diagnóstico. Foram registrados:

- 14 Benefícios Variáveis Gestante (BVG)
- 12 Benefícios Variáveis Nutriz (BVN)
- 273 Benefícios Variáveis Criança (BVC)
- 86 Benefícios Variáveis Adolescente (BVA)

A predominância dos benefícios destinados a crianças de 0 a 12 anos, especialmente o expressivo número de BVC (273), indica que grande parte das famílias beneficiárias possui crianças em primeira infância e idade escolar. Esse cenário revela uma alta demanda por políticas intersetoriais voltadas à infância, incluindo educação infantil, saúde materno-infantil, acompanhamento nutricional e fortalecimento de vínculos familiares.

A presença de gestantes e nutrízes entre as beneficiárias é um indicador de atenção necessária à proteção social no ciclo gravídico-puerperal. Tais dados sinalizam a importância de:

- fortalecer o acompanhamento das condicionalidades de saúde,
- ampliar ações do PAIF voltadas ao cuidado materno-infantil,
- promover estratégias de prevenção de riscos relacionados à desnutrição, evasão escolar e insegurança alimentar.

O quantitativo de Benefícios Variáveis Adolescente também demonstra a existência de demandas específicas entre adolescentes, especialmente no que tange ao acompanhamento escolar, prevenção de violações de direitos e promoção de oportunidades formativas e esportivas.

Em síntese, o perfil de beneficiários do Bolsa Família em Nova Fátima demonstra que:

1. O programa tem forte presença no território, sendo essencial para a garantia de renda mínima e redução da insegurança alimentar.
2. A primeira infância é o grupo mais representado, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças.
3. O benefício médio elevado indica complexidade na composição familiar e necessidade de ações contínuas de acompanhamento social.
4. A distribuição dos benefícios demonstra que o Bolsa Família é uma ferramenta estratégica na mitigação das vulnerabilidades sociais e na promoção de direitos.

BOLSA FAMÍLIA ⓘ



FAMÍLIAS
NOVEMBRO/2025

469

PESSOAS
NOVEMBRO/2025

1.281

**BENEFÍCIO MÉDIO
MENSAL ***
NOVEMBRO/2025

R\$ 642,65

**VALOR MENSAL
REPASSADO ***
NOVEMBRO/2025

R\$ 297.546



**TOTAL DE BENEFÍCIOS DO
BOLSA FAMÍLIA**
NOVEMBRO/2025

2.286



RENDAS DE
CIDADANIA

1.281



COMPLEMENTARES

421



PRIMEIRA
INFÂNCIA - PBF

225



EXTRAORDINÁRIOS
DE TRANSIÇÃO

0

**TOTAL DE BENEFÍCIOS VARIÁVEIS
FAMILIARES**

359



GESTANTES

14



NUTRIZ

12



CRIANÇAS

273



ADOLESCENTE

86

*O total de recursos transferidos e o benefício médio desconsideram as famílias que se encontram em situação de suspensão na Folha de Pagamentos do PBF.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC, Demonstrativo Físico/Financeiro do Programa Bolsa Família.

Fonte: MDS. Disponível em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=411700&aM=0>.

Acesso em 18 nov.2025.

Abaixo, divididos por faixa etária, segue o número de pessoas inseridas no Cadastro Único, beneficiárias do Programa Bolsa Família e que estão aptas ao acompanhamento da condicionalidade Educação. As condicionalidades são os compromissos que a família precisa cumprir para manter o recebimento do PBF, lembrando que esses compromissos não têm caráter punitivo, e sim, são vistos da perspectiva da garantia de direitos. As políticas envolvidas nas condicionalidades são a Assistência Social (atualização do Cadastro Único), Educação (frequência escolar mínima estabelecida conforme a faixa etária) e Saúde (pesagem, vacinação e pré Natal em dia). Abaixo o número de famílias aptas ao acompanhamento pela Política de Educação:

Acompanhamento das Condicionalidades

EDUCAÇÃO	Crianças (4 a 5 anos)	Crianças e Adolescentes (6 a 15 anos)	Adolescentes e Jovens (16 a 17 anos)	Total de Pessoas (4 a 17 anos)
Público para acompanhamento	58	268	52	378
Pessoas acompanhadas	55	265	46	366
Taxa de acompanhamento	94,83%	98,88%	88,46%	96,83%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade (com frequência acima da exigida)	55	247	40	342
Taxa de cumprimento	100,00%	93,21%	86,96%	93,44%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC (Setembro/2025).

Fonte: MDS. Disponível em:
<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=411700&aM=0>.
Acesso em 18 nov.2025.

Abaixo o número de famílias em acompanhamento da condicionalidade pela Política de Saúde:

SAÚDE	Crianças (menores de 7 anos)	Mulheres	Total de Pessoas (crianças e mulheres)
Público para acompanhamento	246	687	933
Pessoas acompanhadas	178	641	819
Taxa de acompanhamento	72,36%	93,30%	87,78%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	178	-	
Taxa de cumprimento	100,00%	-	

SAÚDE	Gestantes
Pessoas acompanhadas	5
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	5
Taxa de cumprimento	100,00%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC (Junho/2025).

Fonte: MDS. Disponível em:
<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=411700&aM=0>.
Acesso em 18 nov.2025.

5.8 Proteção Especial Média e Alta Complexidade

A Proteção Especial é um nível de atendimento mais específico e direcionado às famílias e indivíduos que se encontram em situações de maior vulnerabilidade e risco social. Ela busca intervir e oferecer apoio em situações de violação de direitos, como violência doméstica, abuso sexual, trabalho infantil, abandono, entre outros. A Proteção Especial é realizada por meio de serviços especializados, como os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que oferecem atendimento psicossocial, orientação, acompanhamento e encaminhamentos para outras políticas públicas de proteção, como a saúde e a educação. Em resumo, a Proteção Especial atua em casos onde os direitos já foram violados, oferecendo suporte e proteção em situações mais complexas e delicadas.

Em municípios de Pequeno Porte I, a implantação de um CREAS não é obrigatória devido ao número reduzido de habitantes e à capacidade instalada limitada. Nesses casos, o atendimento das situações de violação de direitos pode ser realizado por meio de equipes de Proteção Social Especial organizadas pela gestão municipal ou com apoio de um CREAS regionalizado. Assim, mesmo sem possuir um CREAS próprio, o município garante o acompanhamento às famílias e indivíduos que necessitam de atenção especializada, assegurando a continuidade da proteção social no território.

O município de Nova Fátima conta com uma equipe psicossocial voltada ao atendimento da Proteção Social Especial, composta por uma psicóloga e uma assistente social, ambas com carga horária de 30 horas semanais.

5.8.1 Serviço de Proteção Social Especial a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

É um serviço que acompanha o adolescente, auxiliando no trabalho de responsabilização do ato infracional, bem como suas famílias, orienta, encaminha para a rede socioassistencial e outras políticas públicas de garantia de direitos. Além de desenvolver programas, projetos, oficinas, ações

socioeducativas, comunitárias e familiares com os adolescentes cujos seus direitos foram ameaçados ou violados. Em novembro de 2025, o município de Nova Fátima registra 9 adolescentes cumprindo medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade e 1 adolescente em Liberdade Assistida.

5.8.2 Instituição de Acolhimento

O município de Nova Fátima não dispõe de serviços de acolhimento institucional próprios para crianças ou idosos. Para crianças, mantém convênio com o Consórcio Intermunicipal do Norte Pioneiro (CISNOP), porém atualmente não há crianças acolhidas no município. Quanto aos idosos, não há Instituição de Longa Permanência (ILPI) e, quando necessário, o município recorre a cidades vizinhas, sem convênios formais para esse atendimento. Além disso, três pessoas estão acolhidas em Residência Inclusiva, por meio de convênio, em Curitiba.

6 NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIAS

A seguir, apresenta-se o quadro com as ocorrências de violência registradas no município, conforme dados notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Esses registros permitem identificar o perfil das vítimas, a faixa etária mais atingida e os tipos de violência mais recorrentes, subsidiando a análise das vulnerabilidades presentes no território e orientando o planejamento de ações intersetoriais de prevenção e enfrentamento.

FAIXA ETÁRIA	VIOLÊNCIA FÍSICA	VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA/MORAL	VIOLÊNCIA SEXUAL	NEGLIGÊNCIA E/OU ABANDONO
Até 1 ano				
1 a 4 anos				
5 a 9 anos	01 masc			
10 a 14 anos	01 fem			
15 a 19 anos				
20 a 29 anos	01 fem			
30 a 39 anos	01 masc 01 fem	01 fem		
40 a 49 anos	01 masc 02 fem	01 fem		
50 a 59 anos	01 fem	01 fem		
60 anos ou mais	01 masc 01 fem			

Fonte: Sinan (2025).

Os dados provenientes do SINAN, referentes ao período de janeiro a maio de 2025, evidenciam ocorrências de diferentes formas de violência no município de Nova Fátima, distribuídas entre crianças, adolescentes, adultos e idosos.

A violência física aparece como a modalidade mais recorrente, com registros distribuídos em múltiplas faixas etárias. O padrão observado demonstra que a violência física não se concentra em um único ciclo de vida, atingindo crianças, adolescentes, adultos e idosos, indicando um fenômeno disseminado no território.

Com relação a violência psicológica incide predominantemente sobre mulheres adultas, reforçando padrões de violência de gênero presentes nacionalmente.

Não foram notificados casos no período de violência sexual. Embora isso possa indicar baixa incidência, também pode refletir subnotificação, especialmente considerando a sensibilidade e o estigma que envolvem denúncias desse tipo de violência, em especial em cidades pequenas.

Não foram registrados casos de negligência no período, o que pode indicar: baixa incidência real, ou falhas na notificação, principalmente entre crianças e idosos, grupos nos quais a negligência costuma ser mais recorrente.

O Conselho Tutelar do município de Nova Fátima não disponibilizou dados referentes às situações de violência envolvendo crianças e adolescentes, uma vez que o órgão não vem alimentando o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA). A ausência de registros atualizados inviabiliza a análise detalhada das ocorrências, comprometendo a produção de informações qualificadas para o planejamento das ações da rede de proteção e para o monitoramento das violações de direitos no território.

O município dispõe de uma rede de proteção estruturada voltada ao atendimento de crianças e adolescentes, com fluxos e protocolos formalmente estabelecidos para o encaminhamento, acompanhamento e monitoramento de situações de violação de direitos. Essa organização favorece a atuação integrada entre os serviços da Assistência Social, Saúde, Educação, Conselho Tutelar e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

A Secretaria Municipal de Assistência Social também promoveu capacitação específica para diversos servidores municipais sobre Escuta Especializada, conforme preconizado pela Lei nº 13.431/2017. Essa iniciativa qualifica a atuação dos profissionais que lidam diretamente com situações de violência, assegurando atendimento adequado, humanizado e alinhado às normativas de proteção integral.

7 AUDIÊNCIA PÚBLICA

O diagnóstico contou com um importante momento de por meio de Audiência Pública realizada em 25 de novembro de 2025. A atividade possibilitou o diálogo entre gestores, profissionais, conselheiros e comunidade, contando com a participação de 27 pessoas, permitindo que diferentes percepções sobre o território fossem apresentadas e consideradas.

Foram identificadas vulnerabilidades específicas relacionadas à oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Destacou-se a falha na cobertura do serviço para adolescentes acima de 15 anos, evidenciada pela baixa adesão desse público às atividades atualmente ofertadas. Os participantes relataram que a dificuldade de participação dos adolescentes está associada a fatores como rotina escolar, atividades laborais informais, desinteresse pelas oficinas existentes e ausência de propostas alinhadas às preferências e necessidades dessa faixa etária.

Como encaminhamento, foi sugerida a implementação de atividades do SCFV aos sábados, estratégia que busca ampliar o acesso, facilitar a participação dos adolescentes e qualificar a permanência desse público no serviço. A proposta visa fortalecer vínculos, prevenir situações de vulnerabilidade e promover maior integração comunitária.

Outra vulnerabilidade identificada no território refere-se às dificuldades relacionadas à empregabilidade. Durante a audiência pública, destacou-se que a escassez de oportunidades de trabalho no município tem provocado a saída de moradores para cidades vizinhas em busca de ocupação e renda, especialmente entre jovens e adultos em idade produtiva.

Essa limitação impacta diretamente a autonomia das famílias, contribuindo para situações de dependência de programas sociais, instabilidade financeira e fragilização dos vínculos comunitários. A migração diária para outros municípios também gera custos adicionais com transporte, aumenta a exposição a riscos e reduz o tempo disponível para convivência familiar.

A identificação dessa vulnerabilidade reforça a necessidade de ações voltadas à promoção da inclusão produtiva, qualificação profissional e articulação com setores econômicos locais para ampliação de oportunidades de emprego e renda.

Outro ponto relevante identificado no território diz respeito ao processo de envelhecimento populacional. Observa-se um aumento gradual no número de

peessoas idosas, o que demanda maior atenção das políticas públicas, especialmente no que se refere à oferta de serviços, programas e ações voltados à promoção do envelhecimento saudável, à prevenção de violações de direitos e ao fortalecimento da rede de apoio familiar e comunitária.

Esse cenário exige planejamento intersetorial, envolvendo Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e demais áreas, para garantir condições de autonomia, participação social e qualidade de vida para a população idosa, considerando suas necessidades específicas e o impacto desse processo nas dinâmicas sociais do município.

Embora não haja dados estatísticos oficiais consolidados sobre a temática, os trabalhadores do SUAS relatam a existência de um número significativo de mulheres em situação de violência no município. A percepção profissional, construída a partir dos atendimentos, escutas qualificadas e acompanhamentos realizados no território, indica que diferentes formas de violência — física, psicológica, patrimonial, moral ou sexual — ainda são uma realidade para muitas mulheres.

A ausência de registros sistematizados evidencia fragilidades na notificação e monitoramento dos casos, dificultando o diagnóstico preciso e o planejamento intersetorial. Diante disso, torna-se necessária a implementação e o fortalecimento de ações e políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher, envolvendo ampliação da rede de apoio, qualificação da atuação dos serviços, campanhas educativas e aprimoramento dos fluxos de atendimento.

Outra vulnerabilidade identificada no âmbito da gestão da assistência social diz respeito à escassez de recursos humanos. O número reduzido de profissionais impacta diretamente a capacidade operacional da rede, limitando a oferta de atendimentos, a execução de visitas domiciliares, o acompanhamento sistemático das famílias e o desenvolvimento de ações coletivas nos territórios.

A insuficiência de pessoal também compromete a organização dos serviços, aumenta a sobrecarga das equipes existentes e dificulta a implantação de novas estratégias, especialmente diante do aumento das demandas sociais. Essa limitação reforça a necessidade de ampliar e qualificar o quadro de profissionais, garantindo condições adequadas de trabalho e maior efetividade das ações socioassistenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico territorial realizado no Município de Nova Fátima evidencia um panorama socioeconômico que, embora apresente avanços importantes em áreas como educação e acesso a serviços públicos essenciais, ainda demanda atenção estratégica para a ampliação e qualificação das políticas públicas. Observam-se desafios estruturais relacionados principalmente à vulnerabilidade social, às limitações de oferta de serviços socioassistenciais e à necessidade de fortalecimento da rede de proteção social.

O levantamento aponta escassez de recursos humanos no SUAS, o que impacta diretamente a capacidade de atendimento e acompanhamento das famílias, bem como o desenvolvimento de ações preventivas e continuadas no território. A ausência de serviços especializados, como acolhimento institucional no próprio município, reforça a dependência de convênios externos, o que pode dificultar o acesso e o acompanhamento qualificado.

No tocante às situações de violência, ainda que não existam dados estatísticos oficiais consolidados, os trabalhadores do SUAS identificam um número expressivo de mulheres em situação de violência, o que reforça a necessidade de ampliar a rede de enfrentamento, fortalecer fluxos intersetoriais e investir em políticas públicas específicas voltadas à proteção, prevenção e promoção de direitos.

O diagnóstico também sinaliza a necessidade de ampliar a oferta de serviços como o SCFV, principalmente para crianças, adolescentes e pessoas idosas, bem como de avançar em políticas de habitação, geração de emprego e renda e melhorias na infraestrutura urbana e rural. Tais demandas estão diretamente relacionadas à qualidade de vida da população e ao enfrentamento das desigualdades sociais no território.

Assim, as informações levantadas neste diagnóstico constituem subsídio fundamental para o planejamento da Política de Assistência Social e para a definição de prioridades na gestão municipal. A compreensão das vulnerabilidades, potencialidades e demandas do território permitirá a elaboração de ações mais assertivas, garantindo que o município avance no fortalecimento da proteção social básica e especial, na inclusão social e no desenvolvimento comunitário.

O documento reafirma, portanto, a importância da gestão integrada, participativa e orientada por dados, visando assegurar que as políticas públicas atendam de forma eficaz e humanizada a população de Nova Fátima.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **CECAD – Consulta, Estudo e Comparação de Dados**. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/painel01.php?p_ibge=41&mu_ibge=4112900.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Relatório de Informações — Cidadania (SAGI)**. SAGI – Sistema de Avaliação e Gestão da Informação. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?localizaDivisao=jundia%C3%AD+do+sul&codigo=411290>. Acesso em novembro de 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Relatório de Informações — Cidadania (SAGI): Bolsa Família**. SAGI – Sistema de Avaliação e Gestão da Informação. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=412240&aM=0#>

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Consulta Escolas – Nova Fátima (cód. estabelecimento 289)**. Disponível em: <https://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/pages/templates/initial2.xhtml?windowId=8f1&codigoMunicipio=1710&codigoEstab=289>. Acesso em novembro de 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: novembro de 2025.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil dos Municípios Paranaenses**. Disponível em:

<https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Caderno-Estatistico-Municipal/>. Acesso em: novembro de 2025

NOVA FÁTIMA. ***Plano Municipal de Assistência Social: 2022-2025***. Nova Fátima: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2022.

NOVA FÁTIMA. **Plano Municipal de Saúde :2022-2025**. Nova Fátima: Secretaria Municipal de Saúde. Disponível em: <https://www.novafatima.pr.gov.br/public/admin/globalarq/sus/7dcad624b8bfece784bf897b7e5336fa.pdf>